

PODER Magistrado aposentado do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski aceita convite de Lula para assumir ministério

Ministro vai assumir a Justiça

» INGRID SOARES
» ALINE BRITO
» RENATO SOUZA

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski foi o escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para comandar o Ministério da Justiça e Segurança Pública. O magistrado aceitou o convite ontem à noite e ocupará o cargo de Flávio Dino, que deixa a pasta para assumir uma cadeira na Corte.

Lewandowski se reúne com o presidente Lula para acertar os detalhes na manhã de hoje e, logo em seguida, deve ser feito o anúncio oficial.

O ministro aposentado do Supremo afirmou que precisava de carta branca para escolher os membros da própria equipe no ministério e pediu que a pasta não fosse dividida.

O ponto de desacordo dos últimos dias girou em relação ao cargo de secretário-executivo da Justiça. Lewandowski quer autonomia para nomear uma pessoa de confiança dele, mas, atualmente, Ricardo Cappelletti ocupa a cadeira.

O ex-integrante do Supremo se aposentou em abril do ano passado porque completou 75 anos — idade máxima para ocupar uma cadeira na Corte.

Ele entrou no Supremo em

2006, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi sucedido pelo advogado Cristiano Zanin.

A expectativa é de que, com o ingresso dele no comando, a pasta sofra mudanças significativas, principalmente na gestão do sistema prisional e na investigação criminal conduzida pela Polícia Federal.

Durante sua passagem pelo Supremo, Lewandowski atuou em matérias de grande relevância para o direito penal. Ele tem um perfil garantista. O ministro aposentado foi responsável por decisões, como a que estabeleceu no país a audiência de custódia, que deve avaliar as condições do preso e do ato da prisão em até 24 horas após a detenção.

Além dele, Ricardo Cappelletti estava na disputa pelo cargo e tinha um papel considerado mais operacional — ou seja, mais atuante no sentido de criar estratégias para reduzir a violência e o poder das organizações criminosas.

Perfil

Enrique Ricardo Lewandowski nasceu em 11 de maio de 1948, no Rio de Janeiro. É formado em ciências políticas e sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1971) e bacharel em ciências

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Aposentado do Supremo desde abril passado, Lewandowski conversou com Lula no Palácio da Alvorada e acertou os detalhes do convite

jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (1973).

Ele é mestre (1980), doutor (1982) e livre-docente em direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1994).

Nos Estados Unidos obteve o título de Master of Arts, na área de relações internacionais, pela Fletcher School of Law and Diplomacy, da Tufts University, administrada em cooperação com a Harvard University (1981).

Gestão no CNJ

Foi responsável pela implantação das audiências de custódia nas 27 unidades da Federação brasileira, durante sua gestão na presidência

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Lewandowski dedicou 17 de seus 33 anos de magistratura à Suprema Corte do país, onde relatou processos sobre temas de grande relevância, como a política de cotas raciais nas universidades, o direito à prisão domiciliar para mulheres presas gestantes, puérperas e mães de crianças de até 12 anos ou responsáveis por pessoa com deficiência.

Também esteve à frente de diversas ações durante a pandemia da covid-19, como a que trata da vacinação obrigatória e das restrições civis para quem não se imunizasse.

Ao final de sua gestão, presidiu o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no Senado.

Saiba mais

Impasse

O comando do PSB quer a manutenção de Ricardo Cappelletti como secretário-executivo do Ministério da Justiça e também de outros nomes do partido que integram a pasta, como os secretários Tadeu Alencar (Segurança Pública) e Ênio Vaz (Assuntos Legislativos). A Secretaria Nacional de Justiça é ocupada pelo advogado Augusto de Arruda Botelho, que chegou ao cargo com o apoio da advocacia e do grupo Prerrogativas. Botelho foi candidato a deputado federal pelo PSB em 2022, mas saiu derrotado da disputa em São Paulo.

“Temos pessoas muito qualificadas e não podemos retroceder. Temos nomes muito qualificados. A continuidade do trabalho dessa equipe é essencial para manter o progresso alcançado”, disse o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

Até agora, o mais cotado para ser secretário-executivo do Ministério da Justiça é o jurista Manoel Carlos de Almeida Neto. Ex-secretário-geral do Supremo e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Almeida Neto era defendido por Lewandowski para ocupar a vaga da ministra Rosa Weber na Corte. Lula, porém, indicou Flávio Dino.

Decisão sobre MP sai na próxima semana

» EDLA LULA
» FERNANDA STRICKLAND

Ficou para a próxima semana a decisão sobre o encaminhamento a ser dado para a medida provisória da reestruturação da folha de pagamentos, encaminhada pelo governo ao Congresso.

Ontem, em reunião com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), concordou em aguardar o retorno do titular da equipe econômica, Fernando Haddad, para bater o martelo. O parlamentar pretende, no entanto, ter uma definição antes do início do ano legislativo.

Após a reunião, Pacheco disse a jornalistas que tem pressa em dar resposta aos 17 setores da economia que serão impactados com a reestruturação da folha. O objetivo é evitar a insegurança jurídica.

Já Durigan afirmou que a pasta “tem dado subsídios técnicos e explicado os números para esse acordo de base, com essa premissa de manutenção do equilíbrio das contas públicas”. “Pacheco é quem definiu o prazo e disse que deve definir isso dentro do receso”, comentou a jornalista.

Sem abordar a forma como a proposta será debatida no Congresso — mantendo a MP ou por um projeto de lei —, Durigan destacou que o limite da discussão é o equilíbrio fiscal.

“Não é possível a gente ter feito um esforço maior o ano passado com bons resultados para o país e a gente agora não persiga nessa mesma esteira, que é olhar para o que tem de despesas e fazer as compensações”, destacou.

O secretário explicou, ainda, que o encontro com Pacheco foi uma conversa preliminar, em que ele apresentou números demonstrando o impacto da desoneração da folha nas contas públicas. “A premissa será sempre o equilíbrio nas contas públicas”, enfatizou.

Ed Alves/CB/D.A Press



O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, se encontrará com o ministro da Fazenda na semana que vem

» Partido Novo recorre ao Supremo

O Partido Novo ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação direta de inconstitucionalidade contra a medida provisória que revogou a política de desoneração da folha de pagamentos. A relatoria será do ministro Cristiano Zanin. Na ação, a legenda pede que os três dispositivos previstos no texto — a reestruturação dos setores, o limite para a compensação de créditos tributários e a extinção do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) — sejam invalidados pela Corte. Até o julgamento do mérito, o partido requer uma liminar para sustar imediatamente os efeitos da MP. Com o Supremo em receso, a decisão caberá ao ministro Edson Fachin, que é o plantonista até 15 de janeiro. O Novo alega que a edição da MP padece de urgência, uma vez que o Congresso havia deliberado poucos dias antes sobre o tema.

Ao elaborar o Orçamento de 2024, o governo não contava com o benefício oferecido às empresas, já que a desoneração tinha prazo para acabar em 2023.

Jaques Wagner, por sua vez, destacou que a devolução da MP

não é uma possibilidade que esteja sendo discutida com o presidente do Congresso. “Eu não trabalho com a hipótese de devolução. Ela não está sendo posta na mesa”, frisou o parlamentar.

Na terça-feira, alguns líderes

partidários, como Efraim Filho (União-PE) e Izalci Lucas (PSDB-DF), defenderam, na reunião de líderes com o presidente do Senado, a devolução integral da MP. “Não me parece que é o espírito do presidente Rodrigo. Acho que o Executivo está entendendo a dificuldade que teve o Parlamento, e o Parlamento entendendo quais são os objetivos centrais que é fechar esse ano de trabalho”, observou Wagner.

A desoneração da folha foi criada em 2011, como medida emergencial, no governo de Dilma Rousseff, mas foi prorrogada diversas vezes. O benefício substitui a contribuição patronal pago sobre a folha de pagamentos, de 20%, por uma contribuição sobre o faturamento das empresas, com alíquotas que variam entre 1% a 4,5%.

Boulos e Marta vão discutir chapa

A ex-secretária de Relações Internacionais do município de São Paulo Marta Suplicy e o pré-candidato à prefeitura Guilherme Boulos (PSol) devem ter, no sábado, o primeiro encontro para discutir a aliança nas eleições deste ano. A reunião ocorrerá na casa da ex-senadora, que pediu demissão da Prefeitura de São Paulo na terça-feira.

Convidada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para integrar a chapa, Marta ainda não fez nenhuma declaração sobre a aliança, apesar de até mesmo o prefeito da cidade, Ricardo Nunes (MDB), ter confirmado que ela teria aceitado a proposta após reunião com o presidente no Planalto.

Na ocasião, Nunes disse considerar que “traição” é uma palavra forte para definir o episódio, mas afirmou que a justificativa de que a aliança com o ex-presidente Jair Bolsonaro motivaria a saída “não cola”.

A ex-senadora argumentou que não poderia estar no mesmo palanque que o bolsonarismo por uma questão de coerência. O prefeito alegou, porém, que nunca escondeu da ex-prefeita que quer o apoio de

Bolsonaro nas eleições municipais. “(Ela) conversou com o Lula e mudou (de opinião). Por que antes não? Me desculpa, mas isso não cola”, disse.

“Não, essa palavra (traição) é muito forte. Não atribuiria uma palavra dessa à prefeita Marta. Ela tem seu trabalho, tem sua história. Acho que foi descontrado, evidentemente. Não preciso nem falar, vocês acompanharam. Os fatos estão aí. Fato é fato, aí é da avaliação de cada um”, declarou.

Marta deixou oficialmente seu cargo na gestão municipal após reunião de pouco mais de uma hora com Ricardo Nunes. Apesar de o prefeito ter minimizado a saída dela, existe uma insatisfação com a falta de clareza da ex-secretária em relação ao sigilo nas negociações com o presidente.

No desenho feito por Lula, Marta deve voltar para o PT, após nove anos longe da legenda, para auxiliar o candidato do PSol na corrida pela prefeitura.

Apesar do convite, ainda há uma ala do PT insatisfeita com o retorno da ex-prefeita, que deixou a legenda com uma série de críticas ao partido.

Geraldo Magela/Agência Senado



A ex-senadora Marta Suplicy deve ser vice nas eleições à prefeitura